

“Quer levar bala na cabeça?”: relato de uma experiência em escola militarizada

“¿Quieres que te pegue un tiro en la cabeza?”: relato de una experiencia en una escuela militarizada”

Do you want to get shot in the head?: An account of an experience at a militarized school

Carolina Pontes Silva

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4977-2716>

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Brasil

E-mail: carolina.pontes@aluno.unb.br

Data de recebimento: 19 de marzo de 2026

Data de aprovação: 30 de junio de 2026

DOI: <https://doi.org/10.61447/20260630/art17>

Como citar: Pontes Silva, C. (2026). “¿Quieres que te pegue un Vro en la cabeza?”: relato de una experiencia en una escuela militarizada”. Discimus. Revista Digital De Educación, 5(2), 142-154. <https://doi.org/10.61447/20260630/art17>

Resumen

Esta narrativa, a partir del relato de la experiencia de una profesora en una escuela militarizada, tiene el objetivo de exponer las contradicciones de la militarización de las escuelas públicas en Brasil. Basada en estudios y reportajes acerca de la realidad local del Distrito Federal y la realidad nacional, discuto los principales argumentos de defensa de las escuelas cívico-militares, que focalizan en el deseo por control social, principalmente de la juventud periférica. Llamo atención sobre los tensionamientos entre autoridad y autoritarismo; rigor y severidad; deseo popular por control y deseo popular por libertad. Me posiciono de forma contraria a este modelo educativo y defiendo otro, basado en un proyecto político pautado en la libertad de ser, aprender y enseñar, equilibrando autoridad y libertad, para la promoción de una educación pública, gratuita, de calidad social y emancipatoria.

Palabras clave

educación militar, autoritarismo, autoridad del docente, libertad

Abstract

This narrative, from the report of a teacher's experience in a militarized school, aims to expose the contradictions of public schools' militarization in Brazil. Based on studies and news reports about the Federal District's local reality and the national reality, I discuss the main defense arguments of civic-military schools, which focus on the desire for social control, mainly of peripheral youth. I draw attention to the tensions between authority and authoritarianism; rigor and severity; the popular desire for control and the popular desire for freedom. I take a stand against this education model and defend another one, based on a political project guided by the freedom of being, learning and teaching, balancing authority and freedom, to promote a public education that is free, has social quality, and is emancipatory.

Keywords

military education, authoritarianism, teacher authority, freedom

Resumo

Esta narrativa, a partir do relato da experiência de uma professora em uma escola militarizada, tem o objetivo de expor as contradições da militarização de escolas públicas no Brasil. Com base em estudos e reportagens sobre a realidade local do Distrito Federal e a realidade nacional, discuto os principais argumentos de defesa das escolas cívico-militares, que focam no desejo por controle social, principalmente da juventude periférica. Chamo atenção para os tensionamentos entre autoridade e autoritarismo; rigor e severidade; desejo popular por controle e desejo popular por liberdade. Posiciono-me de forma contrária a esse modelo de educação e defendo outro, com base em um projeto político pautado na liberdade de ser, aprender e ensinar, equilibrando autoridade e liberdade, para a promoção de uma educação pública, gratuita, de qualidade social e emancipatória.

Palavras-chave

educação militar, autoritarismo, autoridade docente, liberdade

1. Introdução

Li e reli o título deste texto algumas vezes, pensando se deveria mantê-lo ou substituí-lo. Relendo, ele me causa quase o mesmo impacto de quando presenciei o episódio que não sai da minha memória: uma ameaça partindo de um agente militar direcionada a um estudante. Antes de chegar a tal episódio, preciso me apresentar e desenvolver o contexto em que ele se deu. Sou uma mulher branca, cis-gênero, baixa, cabelos castanhos e lisos, não tenho tatuagens, nem piercings, ou seja, tenho uma aparência bem “básica”, como algumas pessoas diriam, que me ajuda a performar o estereótipo da pessoa “correta”. Também por ter a voz fina, consigo passar a imagem de pessoa dócil, que não causaria problemas. Talvez minha figura parecesse ideal para o trabalho em uma escola militarizada, pelo menos do ponto de vista da gestão.

Entretanto, anos antes, eu nem cogitava trabalhar em uma escola com este modelo. Entre 2020 e 2021, trabalhei na sede da SEEDF, na Diretoria de Educação do Campo, Direitos Humanos e Diversidade (DCDHD) e depois na Gerência de Educação em Direitos Humanos e Diversidade (GDHD). Foi nesse período, que me apropriei mais das normativas da educação pública do DF, principalmente das que versavam sobre a área na qual trabalhava. Nesse mesmo intervalo de tempo, passávamos pelo início e auge da pandemia de Covid-19, ou seja, a instabilidade emocional e social era generalizada. Mesmo sabendo das dificuldades adicionadas pela pandemia ao trabalho em sala de aula, depois de quase dois anos de trabalho burocrático, eu desejava retornar ao “chão da escola”.

Então, entre o final de 2021 e o início de 2022, eu me preparava, com certa empolgação, para esse retorno, até que descobri que a minha primeira opção de escola estava prestes a ser militarizada. A informação estava no site da SEEDF: o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) assumiria a “gestão compartilhada” de mais duas escolas, que se tornariam “escolas cívico-militares”. Esse modelo de escola foi institucionalizado pelo governo federal a partir de 2019, por meio do Decreto nº 10.004 (2019), logo no início da presidência de Jair Bolsonaro, que aprovou o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) (Tokarina, 2019a; 2019b; Sales, 2023). Também em 2019, mas antes mesmo do anúncio oficial do programa, alguns governadores e prefeitos, alinhados ao governo federal, iniciaram projetos próprios, entre eles Ibaneis Rocha, do DF (Tokarina, 2019c), e Ortiz Junior, de Taubaté, São Paulo. Antes daquele ano, a Bahia (governada pelo Partido dos Trabalhadores-PT desde 2007) já contava com 13 escolas nesse modelo, recebendo críticas do Ministério Público Federal, por serem autoritárias (“Taubaté anuncia primeira escola cívico-militar de SP a partir de 2020”, 2019).

Justamente por concordar com tais críticas e pelo momento que estava vivendo, ponderei se esta seria a melhor decisão: sair direto do nicho dos direitos humanos para o militar. Ir para uma escola militarizada (como prefiro chamar), traria desafios para além da ressocialização necessária: eu já imaginava que teria que lidar com violações de direitos humanos, visto que os militares brasileiros historicamente infringiram esses direitos, preservando e

frequentemente exaltando resquícios da Ditadura Militar. Entretanto, eu não conhecia as outras escolas da região e me agarrei à ideia de que o CBMDF poderia não reproduzir a violência que esperava da Polícia Militar (PM) ou o exército, por exemplo. Assim, segui com meu planejamento e mantive minha primeira opção. Bloqueada a vaga na escola de minha preferência, fui tentando me adaptar.

Apesar de ter uma aparência que não causava estranhamento naquele ambiente escolar, várias foram as reuniões pedagógicas em que causei mal-estar, porque decidi devolver o constrangimento que me causaram, como me ensinou uma amiga alguns anos antes. Essas reuniões, na escola onde eu trabalhava, quase nunca contavam com a presença de quem provocava o meu mal-estar: os bombeiros militares, que lá estavam para implementar o projeto de “gestão compartilhada”, transformando a escola em “cívico-militar” (*Portaria Conjunta nº 22, 2020*)¹. O motivo dos embates era sempre o mesmo: a discordância com o projeto, pois envolvia a violação de direitos dos/as estudantes. Ao final de algumas dessas reuniões, colegas me procuravam e falavam baixinho: “Eu concordo com você, mas não quis falar nada”. Esse (não) apoio, causava em mim quase tanto incômodo quanto o tema das discussões. E qual era esse tema afinal?

Voltemos ao primeiro dia de aula. Estudantes, militares e a equipe pedagógica estavam vivendo a estreia desse “novo”² projeto. Nesse primeiro dia, lembro-me de ter visto estudantes que se destacavam na forma de apresentação pessoal: cabelos longos, unhas compridas e coloridas. Outros vestiam trajes que marcavam a moda da periferia: bermudas largas e compridas, correntes no pescoço, bonés, óculos escuros e chinelos. Lembro-me também da nossa primeira reunião junto aos/as bombeiros/as. Eles/as se colocaram à disposição para trabalhar com a equipe pedagógica, dizendo que seriam responsáveis pela administração disciplinar, conforme o regimento das escolas cívico-militares, que tinha, inclusive, regras de apresentação pessoal para os/as estudantes, de acordo com seu gênero. Lembro-me de uma professora questionar se os estudantes teriam liberdade para usar o cabelo da forma que preferissem, fazendo referência à moda da época: o cabelo “nevado” (descolorido). Os/as bombeiros/as responderam que “tudo seria conversado”.

No dia seguinte, ouvimos dizer que alguns estudantes que não se enquadraram nas novas regras já haviam sido transferidos para outras escolas. O mesmo aconteceu ao longo de toda a primeira semana e aqueles/as estudantes cujo visual se destacava, eu nunca mais vi. Não sei se se adequaram ao novo regimento escolar ou se foram transferidos/as. Esse foi o

¹ A *Portaria Conjunta nº 22 (2020)*, que dispõe sobre a implementação do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada, foi assinada pelos então Secretários de Estado de Segurança Pública e de Educação, Anderson Gustavo Torres e Leandro Cruz Fróes da Silva, respectivamente. Anderson Torres, na data em que escrevo este texto, encontra-se preso, cumprindo pena por tentativa de golpe de Estado, entre outros crimes. O então secretário participou da tentativa de golpe junto ao ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, também preso, e a diversos militares que faziam parte do governo deste.

² O termo “novo” se apresenta entre aspas, pois o projeto remete à educação das escolas públicas no período da Ditadura Militar no Brasil.

primeiro recado que os/as militares deram à comunidade escolar: ou nos enquadraríamos às regras ou deveríamos deixar a escola. Só nesta primeira mensagem, consegui perceber diversas violações de normativas e princípios da educação pública. Um exemplo é o Currículo em Movimento da Educação Básica do Distrito Federal, principalmente o caderno dos Pressupostos Teóricos (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal [SEEDF], 2013, p. 36), que define a escola como “lugar de encontros de pessoas, origens, crenças, valores diferentes que geram conflitos e oportunidades de criação de identidades” e ainda que a educação no Distrito Federal (DF) é pautada em três eixos transversais: Educação para a Diversidade; Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos; Educação para a Sustentabilidade. Essa forma de compreender a educação não admite, ou não deveria admitir, as regras impostas pelo projeto de militarização.

Posso citar ainda, em relação a violações da legislação educacional, a *Lei nº 9.394* (1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira, mais conhecida como LDB; a *Lei nº 4.751* (2012), que dispõe sobre a gestão democrática da educação básica na rede pública do DF e a própria *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). Todas elas são explícitas quanto ao respeito à diversidade e à liberdade dos/as estudantes, à garantia do direito à educação, do direito ao tratamento equânime e à gestão democrática nas escolas públicas.

Embora os documentos e legislações citadas apresentem também pontos controversos e não necessariamente comprometidos com uma educação como prática da liberdade, como defende Paulo Freire (2014), os pontos supracitados coadunam-se com este projeto educacional, com o qual este texto se alinha. O ponto é que nem mesmo quando conseguimos institucionalizar pilares para uma educação emancipadora, eles não estão garantidos, pelo contrário, são constantemente submetidos a ataques reacionários.

2. Desenvolvimento temático

Como exposto na introdução, a educação pública prevista nos documentos oficiais não permite discriminação com base na origem, gênero ou sexo, de modo que as regras de apresentação pessoal impostas pelo modelo cívico-militar não deveriam ser aceitas nem ao menos propostas. O mesmo acontece com as transferências de estudantes que não concordaram com ou não se adequaram ao referido modelo, pois se a escola em questão for a mais próxima de sua residência, esses/as estudantes deveriam ter sua vaga garantida ali mesmo. Nesse caso, a transferência pode dificultar o seu acesso e a sua permanência na escola. Portanto, a militarização das escolas públicas, por meio desse projeto de gestão compartilhada, fere os princípios constitucionais e da legislação educacional vigente, atropelando o Currículo em Movimento. Ademais, para além da defesa de normativas, o governo do DF (GDF) optou por um projeto político pautado em retrocessos de nossa história em detrimento da educação emancipatória e do respeito à autonomia, à diversidade e ao protagonismo da juventude, que passou a ser subjugada de forma autoritária, com aval institucional. Há uma incoerência, ou mesmo uma incompatibilidade, entre as normativas da

gestão compartilhada e as normativas do sistema público de ensino, que já estavam vigentes há mais tempo e que continuam vigentes.

Feitas essas considerações sobre as questões normativas e políticas, voltemos ao episódio que intitula este texto. Ainda naqueles primeiros dias turbulentos, um acontecimento específico me marcou mais que os outros. Ele ocorreu num dia em que, após lecionar durante o período matutino, precisaria trabalhar na escola à tarde. Como ainda estávamos em situação de pandemia, eu seguia os protocolos sanitários o mais rigorosamente possível: sempre usava máscara e, quando precisava tirá-la para comer ou beber, fazia isso em local aberto e longe de outras pessoas. Logo após a aula, sentei-me para almoçar na área aberta da escola, em frente à sala dos/as professores/as, ao lado do pátio, que ficava em frente à sala da direção. Enfileirados no pátio, estavam em torno de 5 a 10 estudantes, com as mãos para trás, ouvindo um sermão de um dos bombeiros militares. Ele estava aos berros. Em um dado momento, pareceu-me que algum estudante reagiu ou retrucou o militar. Imagino que tenha sido isso o que aconteceu porque, a partir daí, o militar subiu o tom e gritou a seguinte frase: “Quer levar bala na cabeça?”. Naquele momento, meu choque foi tão grande que eu não soube o que fazer. Pensei em pegar meu celular para filmar a cena, mesmo o momento já tendo passado, talvez ele fosse repetir a frase ou falar algo ainda mais absurdo. Mas fiquei paralisada. Pensei em falar para alguém. Mas para quem? A direção civil³ da escola havia solicitado e defendido a militarização. Eu era nova na escola e não sabia quem poderia tomar alguma atitude. Entretanto, a partir da inquietação, que me acompanha até hoje, desenvolvi algumas reflexões que compartilho neste texto.

2.1. Discussão

Não só nessa situação, que foi para mim o ápice do absurdo desse projeto, mas em toda a ideia de militarização de escolas, a principal questão é a confusão entre disciplina escolar e disciplina militar. Por serem homônimas, essa confusão pode acontecer de forma natural para muitas pessoas. Contudo, para aquelas que têm o poder de tomar decisões políticas, de implementar políticas públicas, essa confusão natural é usada de forma proposital, manipulada para vender soluções simples ante problemas complexos, enquanto servem a outros propósitos.

Aqui, preciso trazer alguns tensionamentos entre: autoridade e autoritarismo; rigor e severidade; desejo popular por controle e desejo popular por liberdade. Isso porque defendo que a disciplina escolar nada tem a ver com a disciplina militar. A disciplina escolar deve envolver sim autoridade e rigor, mas sem cercear a liberdade dos/as estudantes, para que possam se desenvolver enquanto seres humanos, enquanto pensadores/as, enquanto pessoas criativas, respeitando suas identidades e as das outras pessoas. Freire (2013) chama atenção para a confusão entre autoridade e autoritarismo. Segundo o autor, para que haja disciplina, a autoridade deve respeitar a liberdade e ambas precisam coexistir de forma harmônica. Assim, quando uma excede os limites e se sobressai à outra, surgem suas formas

³ Nas escolas cívico-militares, como o próprio nome sugere, a gestão é dividida em civil, que é responsável pela parte pedagógica, e militar, responsável pela parte disciplinar.

indisciplinadas: o autoritarismo e a licenciosidade, respectivamente. A disciplina militar, por sua vez, é conhecida pelo autoritarismo, a severidade e o controle.

A intenção neste ensaio não é a de questionar os métodos do militarismo, embora sejam questionáveis, ou mesmo seus fins, mas sim sua interferência na educação escolar pública, principalmente nas periferias. Ao contrário da autoridade, o autoritarismo não constrói respeito, mas imposição por medo. Esta é a forma abusiva daquela. Na educação, o que cabe é a “autoridade docente democrática” (Freire, 2013, p. 89), que deve ser segura de si, ou seja, deve ter “a segurança que se expressa na firmeza com que atua, com que decide, com que respeita as liberdades, com que discute suas próprias posições, com que aceita rever-se” (Freire, 2013, p. 89). Ao defender “uma pedagogia da autonomia”, Freire (2013, p. 105) afirma que ela “tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade”. Como uma educação que não permite a diferença, não permite o questionamento ou a crítica pode suscitar o desenvolvimento da autonomia de pensamento e de ação em crianças e adolescentes? Que tipo de juventude a educação pública deveria formar e que tipo de juventude as escolas militarizadas pretendem formar? A quais interesses esse projeto serve?

A propaganda que se faz a favor do projeto de militarização das escolas é pautada em dois pontos: a promessa de resolver “o problema da segurança nas escolas”, como é repetido pelo senso comum, e o prestígio das escolas *militares* em termos de rendimento escolar (Ricci, 2019). O primeiro ponto é defendido de forma simplista: havendo uma força militar dentro da escola, isso coibiria qualquer tipo de violência. Será mesmo? Quais formas de violência precisam da intervenção de forças militares? Crianças e adolescentes que entram em conflito diariamente entre si nas escolas precisam que militares as apartem? Os casos extremos de violência seriam de fato evitados? E como fica o papel do Batalhão Escolar da PM? A presença do Batalhão Escolar nos arredores das escolas, para fazer a segurança da comunidade que ali circula, bem como a defesa de que sejam policiais treinados para esse tipo de ambiente, já foi, e continua sendo, reivindicação das famílias de estudantes, de professores/as e do próprio Sindicato dos professores no Distrito Federal (Sinpro-DF) (Gomes, 2025). A quantidade de policiais para que o Batalhão Escolar pudesse fazer rondas regulares atendendo adequadamente a todas as escolas do DF tem diminuído significativamente: há dados, com informações da PMDF, de que o efetivo do Batalhão Escolar caiu 81%, em números absolutos, de 1989 a 2022, mesmo com o aumento do número de escolas (Abreu, 2024). Essa redução contrasta com a realocação do efetivo militar para a implementação de mais escolas militarizadas, visto que o atual governador já anunciou que pretende ampliar o programa (Dutra, 2025), mesmo com a redução do apoio por parte do governo federal.

Ainda em relação à violência, outra questão é que há denúncias de outras formas, relacionadas à presença de militares no ambiente escolar (Belém; Magalhães, 2025), como a do episódio que relatei anteriormente. Uma dessas denúncias fez o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) cancelar a nota técnica em que aprovava as escolas cívico-militares (Puljiz, 2022) e publicar uma recomendação, à Secretária da SEEDF e ao Secretário de Estado de Segurança Pública do DF, para que trocassem toda a equipe disciplinar de uma das escolas militarizadas e que todas as equipes disciplinares das escolas

cívico-militares parassem de conduzir estudantes para Delegacias da Criança e do Adolescente por suposto desacato à autoridade (Ministério Público do Distrito Federal e Territórios [MPDFT], 2022).

Outro argumento comum a favor desse modelo de militarização escolar é o de que seria uma forma de ajudar os/as professores/as nas situações de desrespeito por parte dos/as estudantes. Mas a presença de militares de fato ajuda ou esvazia a autoridade dos/as profissionais da educação? Nessa escola onde trabalhei, optei por nunca chamar os/as bombeiros/as que lá estavam para resolver qualquer tipo de situação disciplinar, mesmo que essa fosse a orientação, pois tinha medo da forma como iriam lidar com os/as estudantes. Uma colega professora, entretanto, seguia a orientação e frequentemente se queixava de que, quando tinha problemas com algum estudante e o tirava de sala, este ia até a sala dos bombeiros; lá ele ganhava um bombom e pouco depois retornava com um militar batendo à porta, pedindo licença para que o estudante retornasse à sala desde que pedisse desculpas à professora; a criança, então, muito feliz com seu bombom na mão, pedia desculpas a professora, segundo ela, de forma debochada, entrava e logo voltava a desrespeitá-la. As contradições e os equívocos para a lida com os problemas educacionais são evidentes. Por outro lado, estudantes que não seguiam as normas de apresentação pessoal, por resistência ou por falta de recursos (para comprar um tênis, por exemplo), eram tratados não com a mesma paciência e indulgência. Mesmo estudantes aplicados/as e respeitosos/as com a equipe pedagógica, ouviam sermões aos gritos e eram punidos, às vezes sendo impedidos de participarem das aulas regulares. O desacato a professoras/es era tratado com brandura e o desacato às regras impostas pelos militares, com intolerância, o que reforça a proximidade ao elemento moral e o distanciamento da dimensão pedagógica.

A sobrecarga de professores/as de educação básica é um problema real e que deriva da superexploração, característica das relações de trabalho precarizados da América Latina, conforme descrito por Luce (2018). Entretanto, a solução deve vir de mais profissionais de educação qualificados/as, não de profissionais de segurança pública, sem preparo para lidar com questões pedagógicas e para atuar em ambiente escolar.

Argumenta-se ainda, a favor das escolas militarizadas, a partir do suposto aumento do rendimento escolar dos/as estudantes, que tem por base o prestígio das escolas militares. Vale destacar que as escolas totalmente geridas por forças militares costumam receber investimentos especiais, tendo em média, o dobro dos recursos financeiros em relação às escolas civis, segundo estudo realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte/SC, 2024). Essa disparidade de investimentos, também é destacada por Ricci (2019). Em torno do desejo pela militarização, cria-se a ilusão de que as escolas cívico-militares se tornariam iguais ou semelhantes às escolas militares. Há nessa expectativa dois problemas: o primeiro é a redução da qualidade da educação a índices de desempenho em avaliações em larga escala, que costumam focar em Língua Portuguesa e Matemática, ignorando as outras disciplinas e questões importantes como a formação de pensamento crítico. O segundo problema é o descolamento da realidade. Mesmo que a qualidade da educação pudesse ser avaliada apenas por esses índices, para que as escolas cívico-militares tivessem o mesmo desempenho das escolas

militares, elas deveriam ter o mesmo investimento e os militares lotados nas primeiras deveriam ser também profissionais da educação ou, de fato, respeitar os/as profissionais da educação da escola. O nível de investimento nas instituições educacionais cívico-militares varia entre as unidades da federação. No Distrito Federal, não se tem notícia de aumento de investimento, pelo contrário (Reis, 2024). Além disso, há ainda poucas evidências, tanto favoráveis quanto contrárias, sobre a suposta melhora no desempenho dos/as estudantes de escolas cívico-militares. Um exemplo favorável corresponde a uma pesquisa (Araújo, 2023) que identificou a melhora do desempenho dessas escolas no estado de Goiás, quando comparadas às de outros estados. Em contrapartida, o estudo realizado pelo Sinte/SC (2024) apresenta outra realidade: apesar de o investimento nas escolas cívico-militares chegar a quase o dobro das escolas comuns, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) das primeiras teve maior queda do que das segundas. Um terceiro estudo (Dourador, 2025), chama a atenção às manobras do governo do Paraná para que as escolas cívico-militares obtenham melhores resultados no Ideb: maior investimento em infraestrutura e formação de professores/as e uma progressiva elitização do público atendido nessas escolas, a partir da exclusão de estudantes em maior vulnerabilidade socioeconômica e com desempenho escolar menor. O que evidencia, ainda, uma questão de classe alarmante, porém não inédita.

Em toda a defesa dos projetos de militarização das escolas, observamos os tensionamentos já mencionados, mas em especial aquele entre o desejo popular por controle e o desejo popular por liberdade. Mesmo que pessoas sejam excluídas do sistema de ensino, mesmo com as denúncias de novas violências, não faltam levantamentos ou entrevistas (geralmente governistas⁴ ou de veículos de comunicação enviesados ao campo da direita) que testemunham o alto índice de aprovação popular desses projetos.

Além da necessidade de mais segurança, há também um desejo de ver o outro controlado, dentro de um padrão socialmente aprovado. Ricci (2019) chama atenção para a construção da ideia de que as escolas são ambientes violentos, a partir da exploração midiática de casos extremos, que são usados para fazer generalizações rasas e levianas. Entretanto, a cobertura midiática não costuma se aprofundar nas raízes sócio-históricas da violência escolar, que é multifatorial.

Ricci (2019) também destaca, com base em Foucault, o caráter punitivo de nossa sociedade, que deseja punir quem desvia da norma social imposta. Assim, o poder público vende sua “solução” simples e eleitoreira como a única possível: repressão e controle, representados pela militarização das escolas. Afinal, uma foto de estudantes uniformizados/as e enfileirados/as de frente para a bandeira nacional é o símbolo de que “o problema foi resolvido”, ou pelo menos será assim que parte do eleitorado interpretará a imagem. Nesse

⁴Loiola, C. Escolas cívico-militares alcançam mais de 98% de aprovação no Distrito Federal. Agência Brasília, Brasília, 8 set. 2025. Disponível em: <<https://www.educacao.df.gov.br/escolas-civico-militares-alcancam-mais-de-98-de-aprovacao-no-distrito-federal/>>. Acesso em: 20 jan. 2026.

sentido, exclui-se (por meio de transferência) ou pune-se o/a estudante “desviante”, por vezes, com outras formas de violência.

Por outro lado, as pessoas não costumam gostar de ser cerceadas, desejam a liberdade e esse desejo é premente na juventude, que almeja liberdade. Ou seja, quando se tratam delas próprias, as pessoas almejam liberdade, desejo mais pungente em sua fase de juventude, mas, à medida que envelhecem e, principalmente quando se trata do outro, o desejo passa a ser por controle. Em outras palavras, há uma dissonância do que se quer para si e para o outro e há também um embate geracional entre liberdade (juventude) e controle (fase adulta). Essa dissonância e esse embate se refletem no modelo educacional defendido pela hegemonia.

Assim como lembrado por Ricci (2019), alguns teóricos defendem que, para que a educação ocorra, é necessária a submissão – o controle – da juventude. O controle dessa juventude também repercute nas relações de gênero, fato esse que presenciei, na escola onde trabalhei, no tratamento diferenciado ao uniforme das meninas. Além de poderem ter os cabelos compridos e usar brincos, desde que pequenos, a apresentação pessoal delas exigia que só usassem calça legging (mais justa ao corpo) durante as aulas de educação física, no restante do tempo deveriam usar outros tipos de calças (mais folgadas). O corpo das meninas era censurado, como se isso fosse protegê-las de assédios e violências sexuais, como se o problema do assédio fosse as vítimas, não os assediadores. Por outro lado, em uma das poucas reuniões em que o chefe dos bombeiros estava presente, discutíamos sobre essas regras de apresentação pessoal e, a fim de argumentar a favor delas, ele disse: “o que nós não queremos é o *kit peba*”. O termo “peba”, em Brasília, tem uma conotação negativa, que geralmente relaciona o visual das periferias à bandidagem e era exatamente isso o que o chefe dos bombeiros, da equipe disciplinar, estava expressando ali. Ele especificou o que seria o *kit peba*: bermudas largas e compridas, correntes no pescoço, bonés, óculos escuros e chinelos, como descrito anteriormente.

Outro tensionamento que fica evidente nesse caso é entre rigor e severidade. Sim, no ambiente escolar é necessário haver um rigor em relação ao uso do uniforme, por exemplo, que deve ser fornecido gratuitamente pela Secretaria de Educação, e serve para identificar os/as estudantes, trazendo mais segurança a eles/as e à comunidade. Entretanto, a severidade agrava o rigor, elevando-o a níveis desproporcionais. Qual é a função de cortes de cabelo padronizados? Qual benefício para um ambiente de aprendizagem saudável esse tipo de regra pode trazer? Questiono por que parece apenas mais uma forma de controle, de tolher as identidades diversas, principalmente as periféricas. Aqui poderíamos adentrar mais explicitamente a questão racial, pelo controle dos cabelos crespos, por exemplo. Sobretudo em um país que tem histórico de escravidão com base em critérios raciais, não há como falar em periferias e exclusão social sem falar da questão racial, pois ela está sempre presente.

Por fim, retomo questionamentos que coloquei a respeito da finalidade dos projetos de militarização das escolas e os sintetizo assim: se não se realiza o propósito aparente da militarização, para que ela serve? Ela serve para realizar o desejo de controle, talvez com



conteúdos e finalidades distintas daquelas expressadas pela população apoiadora, mas muito alinhado ao desejo das elites de controlar as classes mais baixas. O desejo de quem serve ao centro do capital é controlar a periferia para garantir o seu adequado funcionamento. Entendendo que naquela escola, dentro daquele modelo, eu adoeceria, portanto, optei por me retirar e seguir em outros lugares, onde esperava encontrar autoridade, não autoritarismo; rigor, não severidade; desejo por liberdade, não por controle; projetos de emancipação, não de continuidade de estruturas de opressão.

3. Conclusões

Mesmo que haja quem defenda o controle da juventude, há também quem defenda sua autonomia, sua liberdade, em harmonia com a autoridade de quem ensina (Freire, 2013). Nesse sentido, profissionais de educação da SEEDF que presenciam violações da liberdade de aprender e ensinar, como preconiza a LDB (Lei nº 9.394, 1996), podem fazer denúncias⁵. Contudo, ainda que existam vias institucionais para formalizar denúncias, nem sempre elas se alinham com a defesa por uma educação emancipatória, ou mesmo democrática, vide a nota técnica do MPDFT que aprovava o projeto de escolas cívico-militares, e que só foi cancelada após denúncias de casos de violência (Puljiz, 2022). O mesmo pode ser dito em relação à Câmara Legislativa do DF, que é composta por uma oposição minoritária.

Outra questão que dificulta, ou até mesmo impossibilita, a ação individualizada de professores/as por meio de denúncias é a situação ainda mais precarizada dos/as que estão em regime de contratação temporária, que sofrem do receio legítimo de serem devolvidos/as e perderem seu trabalho e fonte de renda. Do mesmo modo, embora seja necessária a mobilização dos/as profissionais da educação, por meio de manifestações coletivas e de seus sindicatos, também é preciso levar em consideração a sobrecarga e o isolamento dos/as professores/as na luta contra o autoritarismo. Não bastasse as jornadas exaustivas de trabalho e as baixas remunerações, principalmente no contexto latino-americano de superexploração, ainda precisamos lidar com ataques políticos de caráter conservador, e até mesmo reacionário, como a militarização das escolas. Assim, ressaltamos a importância da união da categoria docente, como parte da classe trabalhadora, e o fortalecimento de sindicatos, entre outras associações de professores/as para que de fato representem

⁵É possível formalizar denúncias junto ao MPDFT e à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), especialmente junto às comissões de Comissão de Educação e Cultura (CEC) e de Defesa dos Direitos Humanos Cidadania e Legislação Participativa (CDDHCLP), atualmente presididas por deputados de oposição ao governo do DF. Em relação ao MPDFT, também é possível fazer denúncias anônimas ou sigilosas, principalmente no caso de professores/as temporários, que podem correr riscos de devolução, se entrarem em conflito com gestores/as.

trabalhadores/as comprometidos/as com uma educação pública, gratuita, de qualidade social e emancipatória.

Agradecimentos

Agradeço à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, que autorizou o meu Afastamento Remunerado para Estudos, para que eu possa realizar meus estudos de doutorado.

Referências

- Abreu, J. (2024, 6 de março). Em 30 anos, efetivo do Batalhão Escolar da PMDF sofreu redução de 81%: dados preocupam pais e professores, que se sentem a cada ano mais desprotegidos. Na 2ª, um aluno de 15 anos esfaqueou e feriu 3 estudantes. *Metrópoles*. <https://www.metropoles.com/distrito-federal/em-30-anos-efetivo-do-batalhao-escolar-da-pmdf-sofreu-reducao-de-81>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- Araújo, J. M. de. (2023, março). Um estudo sobre os impactos do modelo cívico-militar nas escolas públicas do Estado de Goiás. In: Escola Nacional de Administração Pública [Enap] (Ed.), *Cadernos Enap* (124, Coleção: Cátedras 2021). Enap. <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/7587/2/Caderno%20124%20-%20Um%20estudo%20sobre%20os%20impactos%20do%20modelo%20c%c3%advico-militar%20nas%20escolas-FINAL%202.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- Belém, K., & Magalhães, J. (2025, 27 de maio). Alunos denunciam violência física e psicológica em escola cívico-militar do DF: abusos foram relatados durante conversas de alunos do Centro Educacional 01 do Itapoã. Ministério Público do DF e Secretaria de Segurança Pública foram acionados. *G1*. <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2025/05/27/alunos-denunciam-violencia-fisica-e-psicologica-em-escola-civico-militar-do-df.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1988). Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 jan. 2026.
- Decreto 10.004 de 5 de setembro de 2019. (2019). Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm. Acesso em: 26 jan. 2026.
- Dourador, R. (2025, 24 de setembro. Atualizado em 2025, 12 de dezembro). Programa de militarização escolar exclui estudantes mais pobres visando aumentar índices de desempenho: pesquisa mostra que o modelo cívico-militar de educação do Paraná seleciona escolas com melhor rendimento e tenta esconder desigualdades com notas de desempenho. *Jornal da USP*. <https://jornal.usp.br/diversidade/programa-de-militarizacao-escolar-exclui-estudantes-mais-pobres-para-forcar-o-aumento-de-indices-de-desempenho/>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- Dutra, F. (2025, 28 de setembro.). DF terá de 40 a 50 escolas cívico-militares, afirma Ibaneis Rocha: além de falar das escolas de gestão compartilhada, o governador também comentou sobre o andamento do reajuste das forças de segurança. *Metrópoles*. <https://www.metropoles.com/distrito-federal/df-tera-de-40-a-50-escolas-civico-militares-afirma-ibaneis-rocha>
- Freire, P. (2013). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. (45. ed). Editora Paz e Terra.
- Freire, P. (2014). *Educação como prática da liberdade*. Editora Paz e Terra.
- Gomes, L. (2025, 11 de setembro). Militarização: Sinpro expõe debate antidemocrático no CEF 120 de Samambaia. *Sinpro/DF*. <https://www.sinprodf.org.br/militarizacao-sinpro-expoe-debate-antidemocratico-no-cef-120-de-samambaia/>. Acesso em: 27 jan. 2026.
- Lei nº 4.751, de 7 de fevereiro de 2012. (2012). Dispõe sobre o sistema de ensino e a gestão democrática da educação básica na rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências. Sistema





- Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal. https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/70523/Lei_4751_07_02_2012.html. Acesso em: 25 jan. 2026.
- Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 24 jan. 2026.
- Luce, M. S. (2018). A superexploração da força de trabalho. Em *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias—uma visão histórica*. Expressão Popular.
- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. (2022, 10 de maio) Recomendação nº. 003/2022—PROEDUC, 10 de maio de 2022. Promotoria de Justiça de Defesa da Educação. https://www.mpdft.mp.br/portal/images/noticias/maio_2022/Recomenda%C3%A7%C3%A3o_Escolas_C%C3%ADvico-Militares.pdf. Acesso em: 27 jan. 2026.
- Portaria Conjunta nº 22, de 28 de outubro de 2020. (2020). Dispõe sobre a implementação do Projeto Escolas de Gestão Compartilhada. Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal. https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/25ce263a5d6d45698904bc0282c02d6a/Portaria_Conjunta_22_28_10_2020.html. Acesso em: 23 jan. 2026.
- Puljiz, M. Ministério (2022, 11 de maio). Público cancela nota técnica que considerava legal projeto 'Escola de Gestão Compartilhada' no DF e pede afastamento de militares: documento, de 2019, autorizava governo a manter instituições 'sob a orientação e supervisão' da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Decisão dos promotores foi tomada após PM ameaçar 'arrebentar' aluno de 14 anos, na Estrutural. G1. <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/05/11/ministerio-publico-cancela-nota-tecnica-que-considerava-legal-projeto-escola-de-gestao-compartilhada-no-df-e-pede-afastamento-de-militares.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- Reis, D. (2024, 28 de novembro). Comunidade escolar cobra resultados de escolas militarizadas do DF: unidades com presença da PM e do Corpo de Bombeiros somam 17 instituições no DF e governo propõe ampliação. Agência CLDF. Educação. <https://www.cl.df.gov.br/-/comunidade-escolar-cobra-resultados-de-escolas-militarizadas-do-df>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- Ricci, R. (2019). A militarização das escolas públicas. In Cássio, F. (org.), *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. (pp. 105-112) Boitempo. (Versão eletrônica).
- Sales, F. R., & Villas Bôas, B. de F. M. (2023, 26 de setembro. Atualizado em 2024, 13 de maio).
- Militarização do ensino público brasileiro. Nexo. <https://pp.nexojournal.com.br/linha-do-tempo/2023/09/26/militarizacao-do-ensino-publico-brasileiro>. Acesso em: 22 nov. 2025.
- Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. (2013). *Currículo em Movimento da Educação Básica*. https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Curriculo_em_movimento_da_educacao_basica_Pressupostos_teoricos.pdf.
- Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina. (2024, 10 de outubro). Fracasso do modelo de militarização das escolas públicas catarinenses: estudo do Sinte/SC revela investimento milionário e piora no IDEB. <https://sinte-sc.org.br/Noticia/22016/fracasso-do-modelo-de-militarizacao-das-escolas-publicas-catarinenses-estudo-do-sintesc-revela-investimento-milionario-e-piora-no-ideb>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- Taubaté anuncia primeira escola cívico-militar de SP a partir de 2020. (2019, 4 de setembro. Atualizado em 2019, 5 de setembro). Exame. https://classic.exame.com/brasil/taubate-anuncia-primeira-escola-civico-militar-de-sp-a-partir-de-2020/?utm_source=copiaecola&utm_medium=compartilhamento. Acesso em 22 nov. 2025.
- Tokarina, M. (2019a, 11 de fevereiro). MEC finaliza proposta de ampliação de escolas cívico-militares no país. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-02/mec-finaliza-proposta-de-ampliacao-de-escolas-civico-militares-no-pais>. Acesso em 22 nov. 2025.

- Tokarina, M. (2019b, 11 de fevereiro). Policiais militares e professores compartilharão gestão das escolas. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-02/policiais-militares-e-professores-compartilharao-gestao-das-escolas>. Acesso em: 22 nov. 2025.
- Tokarina, M. (2019c, 11 de fevereiro). No DF, ano letivo começa com escolas cívico-militares. *Agência Brasil*. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-02/no-df-ano-letivo-comeca-com-escolas-civico-militares>. Acesso em 22 nov. 2025.